



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**MODO ANGOLA:**

**O IMPACTO DA INTERVENÇÃO DA CHINA NO  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DE ANGOLA**

CATARINA RAMINHOS DO CARMO

Setembro de 2013



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**MODO ANGOLA:**

**O IMPACTO DA INTERVENÇÃO DA CHINA NO  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DE ANGOLA**

CATARINA RAMINHOS DO CARMO

**ORIENTAÇÃO:**

PROFESSORA DOUTORA MARIA FERNANDA PARGANA ILHÉU

Setembro de 2013

## **Agradecimentos**

Quero agradecer à Professora Doutora Fernanda Ilhéu pela orientação, disponibilidade e rapidez no esclarecimento de dúvidas, assim como, o apoio e atenção que prestou a esta dissertação, contribuindo para que atingisse a direcção certa.

Aos professores e colegas da Licenciatura de Relações Internacionais da Universidade de Évora (2007/2011) e do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do Instituto Superior de Economia e Gestão (2011/2013), que contribuíram para o enriquecimento da minha formação académica e como ser humano.

Aos meus amigos, pela amizade, força, companheirismo e motivação, factores imprescindíveis à realização desta dissertação.

À minha família, em especial, aos meus pais, irmã e avós que sempre acreditaram nas minhas capacidades, apoiaram incondicionalmente e me transmitiram todos os ensinamentos de vida. A eles, dedico todo este trabalho.

## **Resumo**

Desde de 2002 que a China tem criado laços cada vez mais fortes com Angola. A ajuda pública ao desenvolvimento, a diplomacia através do *soft power*, o investimento e o mecanismo “Modo Angola” são os métodos de intervenção utilizados pela segunda potência mundial.

A relação sino-angolana centra-se sobretudo no financiamento à reconstrução e reabilitação de infra-estruturas em troca de petróleo.

Trata-se de uma cooperação onde os benefícios são mútuos para ambas as partes, contudo o futuro pode reservar-lhes alguns inconvenientes.

**Palavras-Chave:** China; Angola; Modo Angola; Desenvolvimento; Cooperação

## **Abstract**

Since 2002, China has created increasingly stronger ties with Angola.

The aid, diplomacy through soft power, investment and the mechanism “Angola Mode” are the intervention methods used by the second world power.

The sino-angolan relationship focuses mainly on financing the reconstruction and rehabilitation of infrastructure in exchange for oil.

It's a cooperation where benefits are mutual for both countries, but the future might bring them some inconvenients.

**Key-Words:** China; Angola; Angola Mode; Development; Cooperation

<b>ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>1. REVISÃO DE LITERATURA – ANÁLISE DE CONCEITOS</b>	<b>11</b>
1.1. AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO	11
1.2. POLÍTICA DE <i>SOFT POWER</i> CHINESA	14
1.3. CHINA EM ANGOLA	16
1.4. INVESTIMENTO	19
1.4.1. INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO	19
1.4.2. O MODO ANGOLA	21
1.5. MODELO DE DESENVOLVIMENTO	23
<b>2. METODOLOGIA</b>	<b>25</b>
2.1. FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES	26
2.2. ANÁLISE DE DADOS	27
2.2.1. ECONÓMICOS	27
2.2.2. SOCIAIS	34
2.3. RESULTADO DA PESQUISA	37
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>42</b>

## Índice de Ilustrações

TABELA 1 - INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA, EM MILHÕES DE \$US	20
TABELA 2 - POTENCIAIS BENEFÍCIOS DA CRIAÇÃO DE ZEE	25
TABELA 3 - FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES	27
TABELA 4 - COMPOSIÇÃO DO PIB ANGOLANO, %	30
TABELA 5 - DESENVOLVIMENTO DOS TRATADOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL COM A CHINA	34
TABELA 6 - TENDÊNCIA DO IDH ANGOLANO E SEUS COMPONENTES	36
TABELA 7 - ANÁLISE DE HIPÓTESES	39
GRÁFICO 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL ANGOLANO, %	29
GRÁFICO 2 - PRINCIPAIS DESTINOS E SECTORES DAS EXPORTAÇÕES ANGOLANAS EM 2011, %	30
GRÁFICO 3 - PRINCIPAIS ORIGENS E SECTORES DAS IMPORTAÇÕES ANGOLANAS EM 2011, %	31
GRÁFICO 4 - TENDÊNCIAS DO IDH ANGOLANO E SEUS COMPONENTES, 2000-2012	36

## **Lista de Acrónimos e Abreviaturas**

<b>AfDB</b>	<i>African Development Bank</i>
<b>AICEP</b>	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
<b>ANIP</b>	Agência Nacional de Investimento Privado - Luanda
<b>APD</b>	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
<b>CAD</b>	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (OCDE)
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>EX-IM BANK</b>	<i>Export-Import Bank of China</i>
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FOCAC</b>	<i>Forum for Economic and Trade Cooperation</i>
<b>IDE</b>	Investimento Directo Estrangeiro
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>ITC</b>	<i>International Trade Center</i>
<b>MPLA</b>	Movimento Popular para a Libertação de Angola
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PPC</b>	Paridade Poder de Compra
<b>RNB</b>	Rendimento Nacional Bruto
<b>UNCTAD</b>	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
<b>UNDP</b>	<i>United Nations Development Programme</i>
<b>UNITA</b>	União Nacional para a Independência Total de Angola
<b>ZEE</b>	Zona Económica Especial

*“China needs natural resources and Angola wants development.”*

*José Eduardo dos Santos*

## **Introdução**

As relações bilaterais Angola-China não se esgotam nas práticas comerciais. A cooperação económica, técnico-científica e cultural têm vindo a progredir num ambiente de confiança mútua. Alargamento e consolidação são as perspectivas actuais, o sucesso diplomático é inequívoco.

José Eduardo dos Santos, numa visita a Pequim em 2007, traduziu sumariamente e na perfeição a intervenção da China em Angola. A afirmação em epígrafe resume a relação sino-angolana, que se centra fundamentalmente na troca de petróleo por financiamento em condições mais atractivas que os empréstimos comerciais comuns – taxas de juro reduzidas, maturidade de dívida alargada - transacções onde o benefício é recíproco entre as partes.

Em 2009, o primeiro ministro chinês Chen Deming expressou em visita a Angola: *“with the continuous development of China-Angola relations and ever closer bilateral trade and economic cooperation, Angola has become China’s largest trading partner in Africa”*<sup>1</sup> confirmando oficialmente a cooperação mutuamente vantajosa entre ambos os países.

A China é o segundo maior parceiro comercial africano em vias de se tornar o principal, não só mas também, pela condição privilegiada em diferentes sectores como a construção, reabilitação, petróleo e minas.

---

<sup>1</sup> **Fonte:** <http://chendeming2.mofcom.gov.cn/aarticle/activity/200901/20090106017698.html> [Acedido em 15 de Junho de 2013]



África assume grande importância no âmbito da política externa chinesa, esta faz uso da sua capacidade económica, financeira e comercial com o intuito de alargar e diversificar a sua própria inserção dominada pela obtenção de recursos energéticos, que por sua vez terão que garantir a sustentabilidade da segunda economia mundial.

Actualmente, Angola encontra-se no centro dos debates que dizem respeito à intervenção chinesa no continente africano.

Antes de prosseguirmos com o tema será importante focar a importância que África tem para a China, que não diverge da relevância que esta dá a Angola.

As estratégias chinesas associadas à cooperação traduzidas na promoção das suas empresas geram alguma controvérsia, assim como, a construção de infra-estruturas básicas nos principais ramos de crescimento da economia em substituição do tecido empresarial angolano com recurso praticamente exclusivo a mão-de-obra importada da China.

Através de políticas de *soft power*, APD e IDE, a China vai penetrando em África com interesses estratégicos subjacentes de modo a garantir o acesso às fontes de fornecimento de energia, matérias-primas e mercados.

As relações sino-angolanas acentuaram-se gradualmente ao longo dos anos 90 e com maior ênfase no pós-guerra civil em 2002, tornando este país o segundo maior parceiro africano da China, precedido pela África do Sul.

O método de intervenção levado a cabo pela China em Angola é idêntico ao de todo o continente africano, conduzindo à criação de um mecanismo denominado por “Modo Angola”, este é traduzido pela troca de infra-estruturas (necessárias à reconstrução africana) por recursos naturais essenciais ao

desenvolvimento Chinês, dada a sua ineficiência energética tiram partido da riqueza petrolífera angolana.

De acordo com dados do ITC, a China atingiu o primeiro patamar de principal destino das exportações angolanas, liderando a tabela com um total 37,7% em 2011 em consequência do aumento de aquisições de petróleo.<sup>2</sup>

Apesar do ocidente considerar a investida chinesa um factor positivo ao desenvolvimento africano, o seu modo de actuação suscita algumas críticas, comparando-o ao tipo de neocolonialismo praticado pelas potências ocidentais entre o final do século XIX e o início do século XX. Pois, ao contrário de outros doadores, a China ao ajudar os países africanos de acordo com as regras bilateralmente acordadas, muitas vezes, ignora as boas práticas convencionadas pelas instituições internacionais, entre elas a *good governance* e a transparência<sup>3</sup>. Este é um dos argumentos utilizados pelos críticos, maioritariamente ocidentais, para caracterizar a onda de investimento chinês em África. Nesta linha, a responsabilidade social é também ela uma concepção a ter presente em qualquer relação bilateral, ou seja, prolongar o seu papel para além dos objectivos puramente económicos associando questões ambientais e sociais de modo voluntário pela defesa de certos valores éticos sem sobrepor os interesses comerciais a qualquer ordem moral. No caso Chinês parece ainda não haver esta preocupação, não se sentindo na responsabilidade de intervir externamente no método e modo de governação interna dos países onde intervém.

---

<sup>2</sup>AICEP, 2013: 9

<sup>3</sup>Alden, 2008:301

Tendo em consideração a presente introdução, esta dissertação terá como objectivo central avaliar o impacto da intervenção da China no desenvolvimento socioeconómico de Angola, bem como identificar as implicações que surgem desta cooperação tendo por base a análise empírica e a discussão das estratégias que possam estar por detrás do campo de acção chinês.

Neste sentido, será necessário responder às seguintes questões:

1. Qual a forma de intervenção da China em Angola?
2. Qual o contributo desta intervenção para o desenvolvimento económico-social de Angola?

## **1. Revisão de Literatura – Análise de Conceitos**

### **1.1. Ajuda Pública ao Desenvolvimento**

A APD de acordo com a definição internacionalmente aceite segundo o CAD da OCDE, consiste “nos fluxos para os países e territórios que constam na lista do CAD de destinatários de APD e para as instituições multilaterais de desenvolvimento”.<sup>4</sup>

Para serem considerados fluxos de APD, estes têm que:

- Ser canalizados pelo sector público;
- Contribuir para promover o desenvolvimento económico e melhorar o nível de vida dos países receptores;
- Constituir uma transferência de recursos na forma de donativo ou empréstimos em condições mais favoráveis que as do mercado – o nível de liberdade deve ser de pelo menos 25%.

---

<sup>4</sup> Fonte: OCDE - <http://www.oecd.org/dac/stats/officialdevelopmentassistance/definitionandcoverage.htm> [Acedido em 19 de Junho de 2013]

Simplificadamente, a APD é constituída por donativos e empréstimos que, pelas condições em que são feitos (taxa de juro, duração, períodos de graça e de amortização de empréstimo) apresentam uma vantagem de, pelo menos, 25% em relação aos empréstimos contraídos nas condições de mercado.

Dado que pretendemos estudar a intervenção chinesa em Angola, abordar-se-á apenas a APD no âmbito bilateral.

Assim sendo, a APD diz-se bilateral quando é acordada ou fornecida por um Estado ou Instituição a outro Estado ou Instituição, podendo incluir donativos, empréstimos concessionais, reescalonamento ou perdão da dívida, ajuda alimentar, humanitária, apoio à reconstrução de infra-estruturas, entre outras. Trata-se, portanto, de ajuda em que o doador interfere, condicionando a atribuição da mesma em função dos seus interesses, será então, bastante dependente dos laços políticos, históricos e culturais entre os países doadores e receptores deste tipo de ajuda.

“A China percorreu um longo caminho, desde o tradicional receptor de doações até ao significativo credor no grupo de «novos» doadores activos em África.”<sup>5</sup>

Apesar da comunidade internacional de doadores se centrar maioritariamente em países membros do CAD, a China não faz parte dele, pois as suas convicções no que diz respeito à ajuda não se coordenam com as da OCDE.

É importante focar que, a solicitação de assistência por parte de Angola à comunidade de doadores internacional, constituída maioritariamente pela OCDE, FMI e países ocidentais, foi recusada.

---

<sup>5</sup> Kiala, 2010: 313 [Tradução Livre]

A recusa deve-se ao facto de estes países e instituições darem prioridade à transparência nas contas nacionais, assim como à *good governance*, algo que o governo angolano não estaria disposto a aceitar. A China é então vista como o parceiro ideal para Angola, pois de acordo com o *Beijing Consensus*<sup>6</sup> a China não pretende fazer qualquer interferência nos negócios Africanos.<sup>7</sup>

*“The Beijing Consensus is as much about social change as economic change. It is about using economics and governance to improve society, an original goal of development economics [...] contains many ideas that are not about economics. They are about politics, quality of life, and the global balance of power”* (Remo, 2004: 4-5)

Os programas de APD por parte da China passam pela concessão de subsídios com taxa de juro zero e empréstimos em que normalmente o tempo de pagamento é flexível.<sup>8</sup>

É ainda de salientar a facilidade, por parte da China, em conceder crédito às infra-estruturas em troca de petróleo e a capacidade de trabalho chinesa em condições extremamente duras.<sup>9</sup> Áreas como a energia, água, saúde, educação, telecomunicações, pesca e serviços públicos são também abrangidas pelo financiamento e assistência técnica chinesas.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> *Beijing Consensus* é um termo desenvolvido por Joshua Cooper Remo em 2004 acerca do modelo de desenvolvimento chinês que se opõe ao *Washington Consensus*, é baseado no princípio da não-interferência nos assuntos internos dos Estados, preferindo focalizar-se no fomento das relações económicas.

<sup>7</sup> Remo, 2004: 3-6

<sup>8</sup> Ilhéu, 2010: 19

<sup>9</sup> Fernandes, 2012: 73-75

<sup>10</sup> Weimer e Vines: 85-87

## 1.2. Política de *soft power* chinesa

Joseph Nye desenvolve o conceito de *soft power* pela primeira vez em 1990, no seu livro *Bound to Lead – The Changing Nature of American Power*. Nele sustenta que o *soft power* se trata da capacidade dos governos chegarem aos resultados que pretendem sem terem de forçar as pessoas a mudar o comportamento através de ameaças.

Ao contrário do *hard power* que supõe coerção, o *soft power* envolve a capacidade de persuadir os outros países ou actores a acompanhar ou a querer o que o país de origem pretende, neste caso, levar Angola a seguir a China.

Para Nye, existem três fontes para o *soft power*: 1. A cultura; 2. Os valores políticos; 3. A política externa.<sup>11</sup>

No caso chinês, o *soft power* está directamente ligado à sua política externa e à perseguição dos seus interesses económicos, e se por um lado os seus valores políticos não são facilmente exportáveis, pelo menos para o Ocidente, a sua cultura está cada vez mais espalhada por todo o globo.

Neste sentido um país goza de mais *soft power* quando a sua cultura, valores e instituições inspiram mais confiança e respeito por parte dos outros actores da cena internacional.<sup>12</sup>

Não podemos falar de *soft power* sem focar a diplomacia pública, esta consiste numa forma de diplomacia aberta que tem como objectivo influenciar a opinião

---

<sup>11</sup> Fonte: <http://www.international.ucla.edu/article.asp?parentid=34734> [Acedido a 20 de Junho de 2013]

<sup>12</sup> Snow, 2009: 4

pública em sociedades externas, inclui os esforços de informar, influenciar e envolver os públicos a favor dos objectivos nacionais e políticas externas.<sup>13</sup>

Sendo assim, a diplomacia pública trata-se de uma forma ou método de exercer *soft power*, considerado um dos instrumentos cada vez mais usados pela política externa.

No campo chinês, o governo é consciente da sua cultura, assim como, do seu apelo ao moderno e urbano, recursos úteis à China no desenvolvimento das suas relações internacionais.

A cultura, assim como o seu sucesso económico são ferramentas com especial utilidade para este país, pois proporcionam um foco alternativo aquando a existência de parcerias. Dadas as questões controversas que muitas vezes se sobrepõem quando se fala neste país, nomeadamente, os direitos humanos, a democracia e o respeito pelo meio ambiente.

Mas serão suficientes estes “trunfos” do *soft power* chinês para alcançar a credibilidade definida por Nye, como a *capacidade de atrair e influenciar os outros para a cultura e ideias de uma determinada nação*, já atingida por outros países (França, EUA, Reino Unido)?<sup>14</sup>

O dinamismo pela qual a sua cultura e economia estão a passar actualmente encaixa-se perfeitamente com o interesse crescente da China no exterior.

O *hard power* da China nunca esteve tão forte, mas é o *soft power* que lhe leva a usufruir de voz activa nas grandes questões mundiais, levando-lhe a uma projecção política garantida pela sua economia poderosa. Porém, pode agora

---

<sup>13</sup> Snow, 2009: 6 [Levou-se em consideração o conceito tradicional de diplomacia pública]

<sup>14</sup> Cunha, 2012: 119

notar-se uma evolução do *soft power* para o *smart power* este, explica Nye, é uma combinação do *hard power* com o *soft power*.<sup>15</sup>

Nye considera que ainda faltam muitos elementos chave de atracção à China, mas a deterioração do *soft power* que os EUA têm vindo a sofrer nos últimos anos é uma das causas do crescente e cada vez mais visível *soft power* chinês.<sup>16</sup>

Resumindo, é neste contexto de aposta nas suas qualidades e de renovação da diplomacia pública que a China complementa a sua projecção político-económica como a mais influente das potências emergentes. Utilizando como instrumentos de persuasão: a ajuda humanitária, cultura, diplomacia bi e multilateral ou o IDE. Baseando assim o seu modelo de cooperação em mútuos benefícios para ambas as partes (“estratégia *win-win*”).<sup>17</sup>

### **1.3. China em Angola**

Angola tornou-se independente do domínio português em 1975, depois de 14 anos de guerra colonial.

Pouco depois, o país entrou num período de guerra civil violenta que se prolongou por 27 anos e terminou com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi.

As relações sino-angolanas datam a era colonial, quando a China apoiou através de assistência militar os movimentos de libertação na luta pela independência.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> Nye, 2009

<sup>16</sup> Nye, 2004: 16

<sup>17</sup> Ilhéu, 2012: 6

<sup>18</sup> Kiala, 2010: 314



Mais tarde, concedeu financiamento aos movimentos de libertação na guerra civil que apenas teve o seu término em 2002, e apesar de Pequim ter optado por apoiar a UNITA, o que gerou alguma controvérsia no pós-guerra, o primeiro financiamento ao seu opositor pró-Marxista, MPLA, veio da China.<sup>19</sup>

O fim da guerra civil angolana coincidiu com o lançamento da política de expansão da China, “*Go Global*”, esta consiste no encorajamento das suas empresas a investir no exterior seguindo as suas próprias estratégias comerciais, contudo ajustando-se aos objectivos diplomáticos da China e aos seus interesses nacionais.<sup>20</sup> O governo chinês é então responsável por impulsionar e criar as condições favoráveis ao IDE, dada a enorme capacidade de produção chinesa associada aos baixos custos de mão-de-obra.

A China foi penetrando no mercado angolano conquistando uma posição preponderante na sua economia, através da sua política de expansão e da sua habilidade para o *soft power*. A segunda potência mundial quer liderar o desenvolvimento do terceiro mundo, neste caso de Angola, de modo a garantir acesso às fontes de fornecimento de matéria-prima, energia e mercados, tudo isto, através de APD, IDE, comércio e diplomacia.

A causa essencial para a reorientação da política externa chinesa para o continente africano foi a busca pelos recursos naturais, com principal predominância do petróleo. A China estabeleceu vários contratos com fornecedores de energia de modo a satisfazer a sua dependência energética

---

<sup>19</sup> Corkin, 2012: 45

<sup>20</sup> Ilhéu, 2012: 3

devido ao seu modelo de desenvolvimento baseado em indústrias de energia-intensiva.<sup>21</sup>

Para além da necessidade de fornecimento de matérias-primas e energia para o desenvolvimento das suas indústrias, a forte presença da China em Angola é também caracterizada pela sua necessidade de abrir novas fronteiras para o seu mercado de exportação. Incluída nesta expansão está a oportunidade de gerar emprego para a sua população crescente, dada a sua taxa de desemprego bastante elevada.<sup>22</sup>

Tendo consciência da importância que África tinha para si, a China teve a necessidade de formalizar as suas relações com o continente, criando em 2006 o *Africa Policy Paper*<sup>23</sup>, onde sublinha os objectivos para uma cooperação com os seus parceiros africanos.

Quanto ao continente africano, tornou-se bastante interessado na China, levando à criação do *China-África Cooperation Forum* em 2000 e do FOCAC em 2003.

Este último trata-se de um mecanismo para a cooperação e desenvolvimento sem natureza política, tendo como objectivo estreitar relações e trocas comerciais entre a República Popular da China e os PALOP, onde Angola está inserida.<sup>24</sup>

A relação sino-angolana é, portanto, caracterizada pela expansão significativa da sua cooperação económica resultante da garantia de crédito chinês para o desenvolvimento económico e social do país nos mais variados campos.

---

<sup>21</sup> Fernandes, 2012: 71

<sup>22</sup> Quintão e Santos, 2011: 145

<sup>23</sup> Para consultar o *Africa Policy Paper*: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>

<sup>24</sup> Quintão e Santos, 2011: 145-146

O governo angolano vê estas relações bilaterais como sendo mutuamente vantajosas e pragmáticas, dada a inexistência de qualquer pré-requisito político.

No âmbito das relações comerciais, Angola é actualmente o principal parceiro comercial da China em África, ao mesmo tempo que a China tem vindo a substituir os Estados Unidos enquanto principal parceiro comercial angolano.

O petróleo domina o comércio de exportações angolano, este tem como principal destino a China (40%), seguida pelos Estados Unidos (18,9%) e a Índia (9,8%).<sup>25</sup>

#### **1.4. Investimento**

É importante salientar que “todas as análises disponíveis concordam que o aumento das relações económicas bilaterais, do lado chinês, só pode ser explicado pela complementaridade entre o comércio, investimento directo e assistência ao desenvolvimento.”<sup>26</sup>

##### **1.4.1. Investimento Directo Estrangeiro**

Segundo uma entrevista recente a José Eduardo do Santos, este sublinha que “Não há grande IDE por parte das empresas chinesas.”<sup>27</sup> Pois o IDE levado a cabo pela China é sobretudo feito através do Modo Angola. Este, apesar de ser visto como investimento por parte do governo chinês, trata-se de financiamento ao desenvolvimento aos olhos do angolano.

---

<sup>25</sup> Jover, 2012: 10

<sup>26</sup> Asche e Schüller, 2008:18 [Tradução Livre]

<sup>27</sup> Entrevista concedida à SIC a 6 de Junho de 2013

O comportamento da China em Angola é idêntico ao que exerce por toda a África. Sabe-se que o aumento do volume de comércio entre ambas as regiões impulsionou fortemente as suas economias.

Angola é um dos maiores fornecedores de petróleo da China, por sua vez, a China é o segundo maior financiador Africano e o 5º maior investidor Angolano, segundo dados da ANIP referentes a 2012.<sup>28</sup>

“A entrada massiva de receitas do petróleo financiou os ambiciosos esforços de reconstrução de Angola e estimulou o desenvolvimento de um sector privado não-petrolífero. Apesar disso, Angola permanece altamente dependente do sector petrolífero. Perto de 80% das receitas fiscais públicas são provenientes do petróleo. Este último representa aproximadamente 98% das exportações e é a principal fonte de IDE.” (Jover, 2012: 18 - 19)

Os principais investimentos por parte da China dão-se nos sectores da energia, construção, telecomunicações e indústria (ANIP).

Como se pode verificar na **Tabela 1** o IDE angolano a nível global tem vindo a crescer progressivamente desde 2002, ano do término da guerra civil e da consolidação dos laços, cada vez mais fortes, sino-angolanos. Factores relevantes ao aumento destes números.

**Tabela 1 - Investimento Directo Estrangeiro em Angola, em milhões de \$US**

Fonte: UNCTAD

1991-1999 (média)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
785	2.174	3.059	3.133	5.685	5.606	6.794	9.064	9.796	16.581	11.672	9.942

<sup>28</sup> Fonte: <http://www.anip.co.ao/index.php?pag=conteudos&id=23> [Acedido em 26 de Agosto de 2013]

### 1.4.2. O Modo Angola

Depois da guerra civil, a principal prioridade do governo angolano seria a rápida reconstrução do país, e a China viu aqui uma oportunidade. Pois, “o grande problema da China, mais do que a falta de mercados para exportar é a falta de recursos e energia para produzir.”<sup>29</sup>

Através da sua estratégia “*Go Global*”, que visava o apoio das autoridades governamentais aos investimentos das empresas nacionais nos mercados estrangeiros, a China anunciou a sua transição para um envolvimento nos mercados externos.

Em 2004 surgiram linhas de crédito chinesas através do EX-IM BANK chinês, uma alternativa ao Banco Mundial (dado que este tipo de instituições utilizaram a ajuda externa como meio de pressionar os países africanos para reformas económicas e políticas), que injectaram cerca de 2 biliões de dólares. Permitindo a Angola o investimento em projectos de reparação e construção de infra-estruturas, em áreas como a energia, saneamento, saúde, educação, pesca, vias de comunicação, entre outras, ao abrigo do programa de reconstrução nacional, ao qual houve uma retribuição por parte de Angola à China de 10,000 barris de petróleo por dia.<sup>30</sup>

Mais de 35 países africanos estão ligados à China através de acordos de financiamento de infra-estruturas, onde um dos maiores receptores é Angola. Actualmente estima-se num financiamento por parte da China a Angola de mais de 14,5 biliões de dólares, de acordo com o *The China Monitor* de 2010

---

<sup>29</sup> Ilhéu, 2012: 6 [Tradução Livre]

<sup>30</sup> Weimer e Vines: 87

Em muitos casos o financiamento de infra-estruturas está ligado ao desenvolvimento de recursos naturais, levando ao uso de um método, que já se tornou paradigmático, denominado pelo Banco Mundial por “Modo Angola”. O Modo Angola (ou “recursos por infra-estruturas”) é um mecanismo que consiste no abatimento de empréstimos para o desenvolvimento de infra-estruturas feito através recursos naturais. Este método é usado por países que não conseguem fornecer garantias financeiras adequadas para a devolução dos empréstimos concedidos. Assim, o país permite que o financiador explore os seus recursos naturais em troca do desenvolvimento das suas infra-estruturas.<sup>31</sup>

“A assistência financeira levada a cabo pela China foge da abordagem dos doadores tradicionais, formando um conceito mais amplo da cooperação económica sul-sul entre países em desenvolvimento.”<sup>32</sup>

O governo chinês impõe a predominância de empresas chinesas para conceder empréstimos e subsídios, dado que existem vantagens comparativas em relação aos seus competidores dos países desenvolvidos. Visto que possuem acesso a financiamentos baratos por parte dos bancos chineses, assim como, mão-de-obra, equipamentos e materiais disponíveis na China, tudo a baixo custo.

---

<sup>31</sup> Foster, 2009: 7

<sup>32</sup> Foster, 2009: 6 [Tradução Livre]

## 1.5. Modelo de Desenvolvimento

Um dos modelos de desenvolvimento utilizado pelo governo Angolano, e descrito no seu “Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo para o Período de 2009-2013”<sup>33</sup> é a criação de uma Zona Económica Especial (ZEE).

Este método de desenvolvimento teve como pioneira a China, e dado os seus resultados positivos considera-se bastante vantajosa a implementação do mesmo em países como Angola.

O foco no desenvolvimento de indústrias orientadas para a exportação e atracção de IDE são as principais motivações para a criação da ZEE em Angola.

Estas zonas caracterizam-se como áreas geográficas onde as condições económicas e comerciais são mais liberais do que no resto do país, é dotada de infra-estruturas de qualidade para apoio à produção industrial, gozando-se de benefícios fiscais, financeiros e laborais a todos os níveis.

Isto é, existe o benefício da extra-territorialidade em matéria fiscal, financeira e burocrática, havendo isenção de todo o tipo de taxas e impostos à produção, importação, exportação e ao rendimento de todas as entidades industriais aí residentes. A transferência de fundos deve ser fácil e rápida e são dispensadas todas as licenças relativas às necessidades de importação e exportação da ZEE.

É implantada numa região específica e estrategicamente escolhida, deverá estar dotada de acesso rodoviário e ferroviário, energia eléctrica e água corrente em boas condições para o processo industrial, sistema de drenagem e

---

<sup>33</sup> É possível consultar o Plano de Desenvolvimento na íntegra, aqui: <http://www.tralac.org/files/2012/12/Medium-Term-Plan-2009-2013-Portuguese.pdf> [Acedido em 23 de Setembro de 2013]

esgoto de águas, telecomunicações e serviços de apoio aos funcionários, como hotéis, restaurantes, postos de combustível, etc.

Este tipo de zona é benéfica, pois: atrai investimento privado nacional e estrangeiro; gera emprego e rendimentos; promove a aceleração das exportações, gera receitas fiscais para o país e aumenta a produção interna, reduzindo as importações (**Tabela 2**).

Esta ZEE, à semelhança do que acontece na China, vai permitir um crescimento económico mais rápido para o país, gerando riqueza, emprego e desenvolvimento.

Foi então criada em Outubro de 2010 a ZEE de Luanda/Bengo, marcando um progresso significativo para o desenvolvimento, sustentabilidade e auto-suficiência de Angola.

A ZEE, projectada desde 2004, é baseada no modelo de sucesso chinês e comporta 8300 hectares de terra onde se situam dois pólos, um industrial e outro comercial, centro de tecnologia e convenções. Dotada de infra-estruturas fundiárias, económicas e administrativas destinadas ao fomento intensivo da produção e criação de emprego, tem como intuito contribuir para a modernização da economia nacional. Pretende-se assim, desenvolver grupos económicos nacionais fortes e competitivos nos domínios tecnológico, organizativo e financeiro, promove-se fortemente o envolvimento da população local.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Fonte: <http://www.besa.ao/ContentNews.aspx?id=921> [Acedido em 23 de Setembro de 2013]



**Tabela 2 - Potenciais Benefícios da Criação de ZEE**

Fonte: World Bank

	<b>Benefícios Directos</b>	<b>Benefícios Indirectos</b>
<b>Divisas</b>	X	
<b>IDE</b>	X	
<b>Criação de Emprego</b>	X	
<b>Receitas do Governo</b>	X	
<b>Crescimento das Exportações</b>	X	
<b>Melhoria de <i>Skills</i></b>		X
<b>Transferência de Tecnologia</b>		X
<b>Diversificação de Exportações</b>		X
<b>Campo de testes para uma reforma económica mais ampla</b>		X
<b>Melhorar a eficiência das empresas nacionais</b>		X

## 2. Metodologia

É através dos conceitos expostos na revisão de literatura e depois de sabermos que tipo de intervenção exerce a China em Angola que se inicia a investigação empírica que pretende dar resposta à questão central desta dissertação: Qual o contributo desta intervenção para o desenvolvimento económico-social de Angola?

Não é intenção da corrente dissertação entrar por campos de natureza complexa das relações sino-angolanas, mas sim responder à questão nos âmbitos económico e social. Para tal recorrer-se-á a dados estatísticos provenientes das organizações competentes (World Bank, ONU, AfDB, etc.), *papers*, relatórios de desenvolvimento, planos de desenvolvimento do país, estudos de caso que possam responder convenientemente à questão a que nos propomos reflectir.

Tendo como apoio o modelo de desenvolvimento (criação de ZEE) estudado e o conhecimento apreendido até aqui formar-se-ão hipóteses que serão o suporte que nos permite chegar à resposta da questão a que nos propomos.

É preciso ter em conta que a análise através de dados estatísticos não pode ser levada em conta como prova irrefutável, pois uma investigação deste âmbito teria que envolver estudo de campo para ser o mais próximo da realidade possível.

Devido à falta de meios e à dificuldade na obtenção de respostas a questionários, os estudos de caso já realizados são a opção mais próxima da realidade que dispomos. Assim sendo, servirão de apoio a esta análise de modo a que possam corroborar os factos obtidos através dos meios que possuímos.

## **2.1. Formulação de Hipóteses**

Hipótese 1: A China contribuiu através da construção e reabilitação de vias de comunicação para o desenvolvimento da ZEE Luanda/Bengo.

Hipótese 2: Os tratados de cooperação bilateral sino-angolanos contribuem para o fortalecimento dos laços económicos entre ambos países.

Hipótese 3: O desrespeito pelo mercado local por parte das empresas chinesas faz com que se gere descontentamento entre a população residente.

Hipótese 4: O investimento chinês influencia o IDH angolano causando impactos sociais.

Hipótese 5: A criação da ZEE baseada no modelo chinês contribui para a criação de emprego e desenvolvimento económico no país.

Hipótese 6: O Modo Angola foi o principal mecanismo de desenvolvimento económico angolano.

Hipótese 7: O comércio entre os dois países pode causar dependência no futuro.

**Tabela 3 - Formulação de Hipóteses**

<b>Hipóteses</b>	<b>Fontes</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Articulação Teórica (Conceitos a ter em conta)</b>
1	<i>In Bibliografia</i>	Análise de Imprensa Análise Teórica	ZEE Modelo de Desenvolvimento
2	Número de Tratados Bilaterais	Análise Estatística Estudo de Caso* (*já realizado)	Cooperação Bilateral
3	Taxa de Crescimento	Estudo de Caso* Análise de Imprensa Análise Teórica	Responsabilidade Social
4	IDH Índice de Pobreza	Análise Estatística Análise Teórica	IDH Impactos Sociais
5	Taxa de Desemprego Taxa de Crescimento	Análise Estatística	Desenvolvimento Económico Desemprego
6	<i>In Bibliografia</i>	Análise Teórica	Modo Angola
7	Exportações/Importações	Análise Estatística Análise Teórica	Dependência

## 2.2. Análise de Dados

### 2.2.1. Económicos

Estima-se que o modelo de criação de ZEE para fomentar o desenvolvimento em Angola empregue cerca de 3000 trabalhadores e que crie cerca de 2 milhões postos de trabalho indirectamente ligados à ZEE Luanda/Bengo para que se possa combater a taxa de desemprego de 23% (2012).<sup>35</sup>

<sup>35</sup> **Fonte:** <http://www.angola-today.com/articles/special-economic-zone-in-viana-angola/> [Acedido em 23 de Setembro de 2013]

A China, principal promotora das ZEE em África, tem contribuído bastante, através de financiamentos e investimento para o desenvolvimento destas em países como a Nigéria, Egipto e Maurícias. Luanda/Bengo é vista como uma potencial atracção ao investimento chinês devido aos benefícios que advêm do seu estágio ainda muito prematuro. Contudo ainda não existem dados que possam confirmar o investimento dentro da ZEE, mas expecta-se que tenha grandes probabilidades de acontecer nos tempos próximos.<sup>36</sup>

É importante referir que os financiamentos provenientes da China que levaram à construção e reabilitação de auto-estradas e caminhos-de-ferro<sup>37</sup> são importantes para o desenvolvimento da ZEE, tornando a comunicação mais fácil e contribuindo para a revitalização das actividades económicas circundantes.

De acordo com o relatório realizado pelo AfDB datado de 2012<sup>38</sup>, Angola tem uma economia próspera e um dos índices de crescimento mais rápidos, com uma taxa de crescimento média do PIB real de 11,6% ao longo da última década.

O **Gráfico 1** dá-nos a perspectiva que Angola começou a desenvolver-se rapidamente entre 2003-2008, período marcado pelo pós-guerra civil angolano e pelo investimento chinês na reconstrução do país. O abrandamento verificado desde a segunda metade de 2008 pode ser explicado pelo colapso dos preços do petróleo e da instalação da crise financeira global.

Foi ainda através das receitas provenientes do petróleo que se criaram as condições adequadas ao crescimento angolano. Sabendo que o crescimento

---

<sup>36</sup> Davies, 2010: 29

<sup>37</sup> Fonte: <http://www.chinainternationalfund.com/> [Acedido em 23 de Setembro de 2013]

<sup>38</sup> Jover, 2012

se deve na sua maioria à produção e exportação do sector energético (**Tabela 4**), permitindo uma expansão orçamental. Houve então um estímulo de outros sectores da economia, incluindo os serviços financeiros, construção, indústria e agricultura, evolução essa que se pode verificar na **Tabela 4**, onde se explicita a composição do PIB angolano entre 2009 e 2012.

Quanto ao comércio com o exterior, como se pode constatar no **Gráfico 2**, é a China que lidera as exportações desde 2008, quando ultrapassou os EUA. É o sector energético o mais transaccionado. Quanto às origens das importações angolanas, apesar de não ser a China a líder, encontra-se numa posição bastante preponderante (**Gráfico 3**).

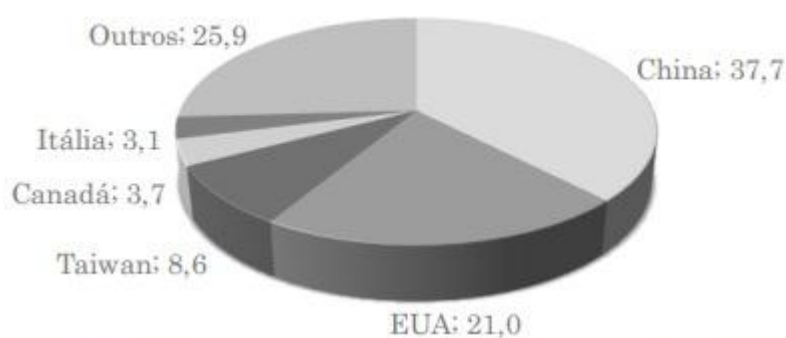
**Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do PIB real Angolano, %**  
Fonte: UNCTAD



**Tabela 4 - Composição do PIB Angolano, %**  
**Fonte: AfDB**

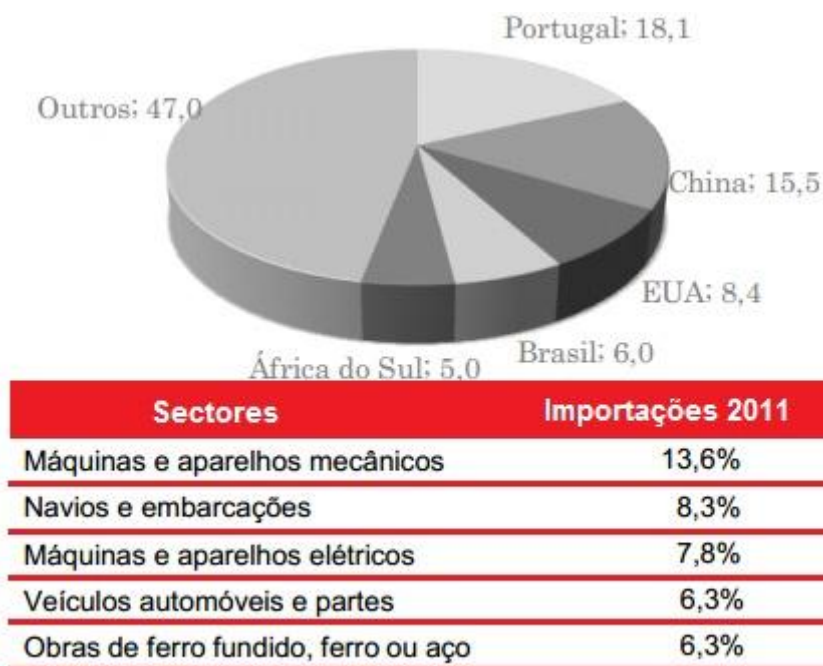
	2009	2010	2011	2012
<b>Agricultura, Silvicultura, Pesca</b>	10.4	10.1	10.2	12.2
<b>Petróleo e Gás</b>	45.6	45.6	46.6	38.8
<b>Diamantes</b>	0.9	1.0	0.8	0.9
<b>Indústria</b>	6.2	6.3	6.5	7.3
<b>Electricidade</b>	0.1	0.1	0.1	0.2
<b>Construção</b>	7.7	8.1	7.9	8.9
<b>Serviços</b>	21.2	21.0	20.4	23.3
<b>Outros</b>	7.8	7.4	7.4	8.1

**Gráfico 2 - Principais Destinos e Sectores das Exportações Angolanas em 2011, %**  
**Fonte: MilleniumBCP**



Sectores	Exportações 2011
Combustíveis/óleos minerais	97,4%
Navios e embarcações	1,4%
Pedras preciosas e metais preciosos	0,8%
Máquinas e aparelhos mecânicos	0,1%
Ferro e aço	0,1%

**Gráfico 3 - Principais Origens e Sectores das Importações Angolanas em 2011, %**  
 Fonte: MilleniumBCP



Como já foi referido anteriormente, será necessário basear esta análise em estudos de caso já realizados, como tal, e para exercer um estudo o mais próximo da realidade possível haverá o apoio de uma investigação feita por Amália Quintão e Regina Santos em 2011: “*Chinese corporate practices in Angola – myths and facts*”<sup>39</sup>.

As autoras iniciam a sua análise referindo a importância dos tratados de cooperação bilateral como fulcrais para o desenvolvimento das relações sino-angolanas, em seguida, é feito um estudo de caso: “Angolan workers perception of the Chinese in Angola”.

<sup>39</sup> O estudo poderá ser encontrado em português em: <http://www.cmi.no/publications/file/4018-mitos-e-percepcoes-sobre-as-empresas-chinesas.pdf> No entanto, o que é explorado nesta dissertação encontra-se num livro devidamente citado nas referências bibliográficas, foi tomada esta opção por se considerar o segundo mais completo.

Apesar do objectivo e dados das autoras não nos serem totalmente úteis para a dissertação, as conclusões obtidas ajudam-nos a ter uma percepção do impacto da China na economia angolana.

Os tratados de cooperação bilateral baseados no princípio da igualdade, vantagens recíprocas e desenvolvimento conjunto fizeram com que as relações bilaterais se desenvolvessem favoravelmente em ambos os países. Estes acordos têm em vista a expansão dos laços económicos, fortalecendo a cooperação financeira e a aprendizagem acerca da construção e desenvolvimento por parte de Angola.

Como já foi dito ao longo desta dissertação, a China pretende ter uma posição significativa na economia angolana: como importador de petróleo, maior *allocator* de recursos e principal *developer* dos principais projectos de reconstrução do país.

Como podemos verificar na **Tabela 5**, os acordos de cooperação duplicaram em muito pouco tempo, dado que no período de 20 anos (1984-2003) houve 14 acordos assinados, contrastando com o período de 5 anos (2004-2008), onde o número de acordos quase duplicou para um total de 26.

As autoras referem que de acordo com o governo angolano a vantagem de cooperar com a China está no facto de não haver condições políticas impostas nos campos referentes ao volume de crédito, condições de financiamento, prazos de trabalho estipulados, níveis de produtividade ou como os técnicos estão envolvidos no ambiente urbano/rural.

Em relação ao estudo de caso, este baseia-se em questionários que captam a percepção dos trabalhadores angolanos em relação à presença chinesa em



Angola. Os resultados desta pesquisa são bastante úteis para a nossa análise, como tal, as autoras concluem que a chegada de trabalhadores chineses é um acontecimento social importante num país com altas taxas de desemprego. O mercado de trabalho sofreu uma distorção, onde os baixos salários e nível de instrução da mão-de-obra condicionam o desenvolvimento, o aumento de produtividade e o rendimento das famílias. Existe ainda o facto de as empresas chinesas não respeitarem a cláusula de subcontratarem 30% dos serviços locais, criando um escasso impacto na criação de emprego no mercado local, salienta-se também as precárias condições de trabalho das empresas chinesas.

Alden, diz-nos que uma nova onda de imigrantes chineses tem invadido não só o país como o continente, investindo no comércio grossista e retalhista, trazendo bens a preços baixos para os consumidores e contribuindo para um *boom* nas compras de bicicletas, rádios, relógios que outrora estariam fora do alcance do consumidor comum.<sup>40</sup>

Nos sectores da indústria têxtil e de vestuário, bem como nos pequenos negócios de comércio local, são evidentes os efeitos da inundação do mercado por parte dos produtos chineses, estes sendo de baixo custo prejudicam a economia local e os pequenos empresários.<sup>41</sup>

No entanto, também são revelados aspectos positivos, nomeadamente o facto de os trabalhadores angolanos conseguirem trabalhar em conjunto com os chineses e aprender o seu *modus operandi*.

---

<sup>40</sup> Alden: 16

<sup>41</sup> Ferreira, 2010: 177

**Tabela 5 - Desenvolvimento dos tratados de cooperação bilateral com a China**

Fonte: Quintão e Santos, 2011: 147

Tratados de Cooperação	1984-2003	2004-2008
Acordos de Cooperação	6	12
Protocolos de Cooperação	4	1
<i>Memorandum of understanding</i>	0	4
Tratados, Contractos, <i>Memoranda</i>	0	3
Outros acordos	4	6
<b>Total</b>	<b>14*</b>	<b>26**</b>

\* Áreas: finanças, banca, cultura, economia, técnica, promoção de comércio, comissões

\*\* Incluindo: finanças, banca, cultura, economia, técnica, recursos energéticos, saúde, justiça, construção, educação, comissões

### 2.2.2. Sociais

Para analisar o desenvolvimento social de um país é necessário recorrer a dados estatísticos que ilustrem as condições de vida da população.

Um dos indicadores mais utilizados para este âmbito é o de IDH<sup>42</sup>, que concentra três dimensões básicas do desenvolvimento humano, são elas: **uma vida longa e saudável**, medida pela esperança média de vida ao nascer; **ter estudos**, medido pelas taxas de alfabetização e escolarização; e **um padrão de vida decente**, expresso através do RNB *per capita* em PPC.

<sup>42</sup> Medida comparativa utilizada pelo UNDP para classificar os países pelo grau de desenvolvimento humano.

Segundo o relatório do UNDP, Angola permanece na categoria de baixo desenvolvimento humano, com um valor de 0,508 em 2012 correspondente à 148ª posição, num ranking de 187 países.

Não obstante às melhorias constantes no desenvolvimento humano que se têm vindo a verificar (**Tabela 6** e **Gráfico 4**) Angola não passa da categoria do baixo IDH.

De acordo com o AfDB, 54,3% da população ainda vive abaixo do limiar da linha de pobreza de 1.25 \$US/dia, revelando que Angola ainda é uma das sociedades com maiores desigualdades.<sup>43</sup>

Segundo o embaixador angolano na China, Garcia Baires, o investimento no desenvolvimento social proveniente da China centra-se na educação e saúde.<sup>44</sup>

Contudo o povo vê a China como uma forma de enriquecimento das elites locais e considera que os chineses perturbam o mercado e conseqüentemente a sua população.

---

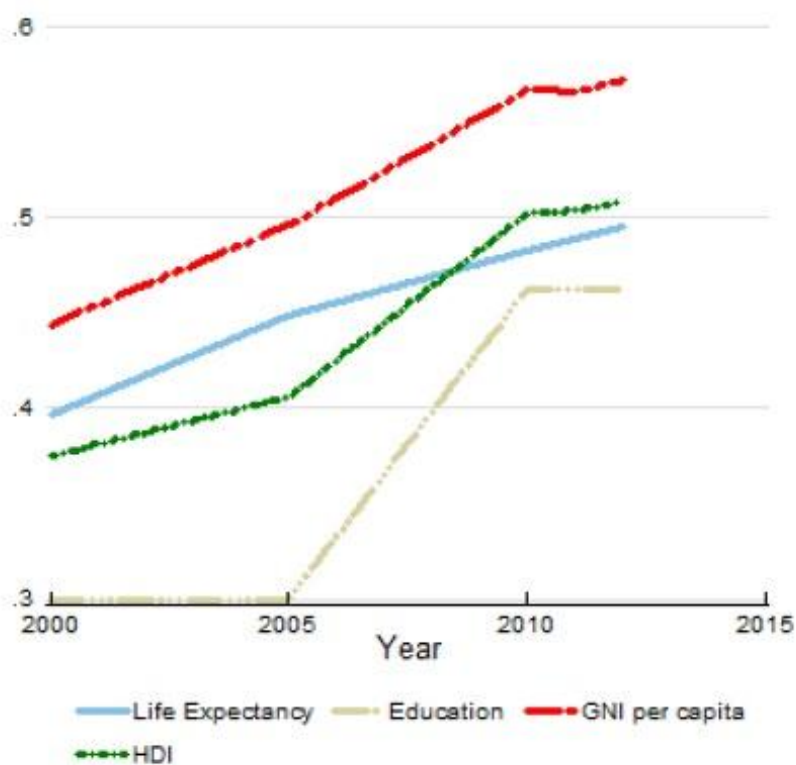
<sup>43</sup> Jover, 2012: 7

<sup>44</sup> Fonte: [http://www.china.org.cn/business/2012-03/28/content\\_25004256.htm](http://www.china.org.cn/business/2012-03/28/content_25004256.htm) [Acedido em 3 de Setembro de 2013]

**Tabela 6 - Tendência do IDH Angolano e seus componentes**  
 Fonte: UNDP

	Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade esperados	Média de anos de escolaridade	RNB <i>per capita</i> (2005 PPC\$)	Valor do IDH
<b>1980</b>	40.2	4.2			
<b>1985</b>	40.8	4.2		2.773	
<b>1990</b>	41.2	4.1		2.478	
<b>1995</b>	42.1	3.8		1.524	
<b>2000</b>	45.2	4.6	4.4	2.018	0.375
<b>2005</b>	48.6	4.6	4.4	2.880	0.406
<b>2010</b>	50.7	10.2	4.7	4.658	0.502
<b>2011</b>	51.1	10.2	4.7	4.640	0.504
<b>2012</b>	51.5	10.2	4.7	4.812	0.508

**Gráfico 4 - Tendências do IDH Angolano e seus componentes, 2000-2012**  
 Fonte: UNDP



O estudo que analisamos no ponto anterior também é isso que nos sugere, pois, com a substituição da mão-de-obra nacional pela chinesa as famílias são prejudicadas, pois não havendo fonte de rendimento o acesso às necessidades básicas fica condicionado, impedindo o desenvolvimento humano. É importante salientar que o desenvolvimento económico está intimamente ligado ao desenvolvimento social e humano, e vice-versa.

O facto de as empresas chinesas não respeitarem as condições de trabalho e não desenvolverem responsabilidade social na protecção do ambiente é mais um impacto negativo no âmbito social.<sup>45</sup>

Existe ainda o descontentamento da população em relação ao facto de o empreendedorismo chinês não se reflectir de forma imediata na criação de emprego ou na melhoria das condições de vida das populações.<sup>46</sup>

### **2.3. Resultado da Pesquisa**

A criação da ZEE revelou-se um factor bastante importante para o desenvolvimento da economia angolana, dado que estas zonas podem agilizar o processo de crescimento, dado que criam emprego, estimulam o desenvolvimento de indústrias, atraem investimento nacional e estrangeiro, permitem a transferência de tecnologia e reduzem a dependência exterior ao substituírem as importações. Contudo, ainda não são visíveis os efeitos na taxa de desemprego do país.

Como parte do acordo sino-angolano, as empresas chinesas estão a realizar os seus projectos empregando os seus trabalhadores e abastecendo-se com

---

<sup>45</sup> Quintão e Santos, 2011: 150

<sup>46</sup> Ferreira, 2010: 177

os seus próprios recursos, este tipo de actuação tem repercussões económico-sociais, nomeadamente: a substituição da mão-de-obra angolana pela chinesa; preferência pela contratação de empresas chinesas em detrimento das angolanas, nos sectores da construção, telecomunicações e energia; dependência da importação de materiais e equipamentos de origem chinesa.

Estes factores causam bastante descontentamento entre a população angolana visto que não criam emprego local, afectando a subsistência das famílias.

Existem ainda as linhas de crédito e os empréstimos, que mesmo em condições favoráveis, a longo-prazo podem causar endividamento e as condições laborais e ambientais que não são respeitadas pelas empresas chinesas.

As relações sino-angolanas podem representar riscos para Angola, mas também oportunidades, no âmbito do seu desenvolvimento, cooperação e expansão dos laços económicos.

Como tal seria benéfico o estabelecimento de regras que melhorassem a cooperação entre ambos os países e respeitassem a população local.

Regras que envolvessem o cumprimento das leis laborais e ambientais, critérios de qualidade, formação de quadros locais, introdução de medidas que reduzissem os impactos sociais dos investimentos e a criação de políticas que fomentassem a cooperação entre investidores de cada um dos países.

**Tabela 7 - Análise de Hipóteses**

<b>Hipóteses</b>	<b>Impacto Positivo</b>	<b>Impacto Negativo</b>
1	X	
2	X	
3		X
4		X
5	X	
6	X	
7		X

### **Conclusão**

A análise a que nos propusemos reflecte Angola como sendo um exemplo paradigmático da intervenção chinesa em África.

A actuação através de meios como o *soft power*, a APD e o mecanismo denominado por Modo Angola que combina princípios de não interferência na política local e a utilização de incentivos, são exemplos disso.

A motivação que leva a China a estreitar laços com Angola, é acima de tudo relacionada com a falta de recursos petrolíferos de que sofre, no entanto, a urgência de se assumir como actor de influência no plano internacional é também vista como uma motivação estratégica desta aproximação.

Conclui-se, então, que:

- Angola exerce um papel relevante para a China devido à sua forte dependência de recursos energéticos e matérias-primas;
- A China por sua vez contribui para o processo de desenvolvimento angolano e redução da pobreza. O apoio financeiro concedido através do Modo Angola para a reconstrução do pós-guerra permitiu o acesso ao saneamento básico a milhares de pessoas;

- Apesar de algum descontentamento por parte da população angolana em relação aos trabalhadores e empresas chinesas no que diz respeito à substituição de mão-de-obra, considera-se que a contribuição chinesa para o desenvolvimento do tecido económico angolano é fulcral;
- O aumento do volume de comércio entre ambas as regiões impulsionou fortemente as suas economias;
- Angola proporcionou à China a abertura de novas fronteiras para o seu mercado de exportação que se encontra em crescimento;
- A inexistência de pré-requisitos políticos por parte da China fez com que Angola visse estas relações bilaterais como vantajosas;
- A criação de ZEE é a forma mais adequada de o país progredir, dado o crescente número de vantagens que advêm deste modelo, contudo ainda não resolve o problema do desemprego angolano;
- A falta de transparência, *good governance*, responsabilidade social, condições de trabalho e respeito pelos 30% de contratações locais são factores a serem melhorados por parte dos chineses.

Dado o poderio económico que a China tem vindo a exercer, Angola pode ser afectada através de uma possível situação de dependência de um país face ao outro, favorecendo sempre o país com poder superior.

Sugere-se mudanças estruturais como a diversificação, substituição das importações, abertura a novos mercados que conduzem à redução da dependência e forte aposta nas ZEE.



Apesar das críticas e impactos negativos que surgem desta cooperação há que admitir que existe um benefício mútuo, que mesmo que possa vir a ser corrompido, contribuiu para uma evolução crescente destes países.

Isto é, *“China needs natural resources and Angola wants development.”* (José Eduardo dos Santos)

## Referências Bibliográficas

AICEP (2013). “Angola – Ficha de Mercado”. AICEP, Portugal Global

ALDEN, Chris (2008). “China and Africa: A New Development Partnership”. *Strategic Analysis*, Vol. 32(2), pp. 297-304

ALDEN, Chris “China and Africa: from engagement to partnership” *In* Power, M. e Alves, A. C. (2012) *China & Angola: A Marriage of Convenience?* Pambazuka Press, pp. 10-25

ASCHE, H. e SCHÜLLER, M. (2008). “China’s Engagement in Africa – Opportunities and Risks for Development”. *Africa Department, Economic Affairs*, GTZ [On-line] Disponível em:  
[http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/english/content/ias/pdf/studie\\_chinas\\_engagement\\_in\\_afrika\\_en.pdf](http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/english/content/ias/pdf/studie_chinas_engagement_in_afrika_en.pdf) [Acedido em 10 de Julho de 2013]

CUNHA, Luís (2012). *A Hora do Dragão – Política Externa da China*. Lisboa, Zebra Publicações

CORKIN, Lucy “Angolan political elites’ management of Chinese credit lines” *In* Power, M. e Alves, A. C. (2012) *China & Angola: A Marriage of Convenience?* Pambazuka Press, pp. 45-67

DAVIES, M. (2010). *How China is Influencing Africa’s Development*. OCDE Development Centre [Online] Disponível em:  
<http://www.oecd.org/dev/pgd/45068325.pdf> [Acedido em 23 de Setembro de 2013]

FERNANDES, S. “China and Angola: a strategic partnership?” *In* Power, M. e Alves, A. C. (2012) *China & Angola: A Marriage of Convenience?* Pambazuka Press, pp. 68-84

FERREIRA, P. (2010). "Cooperação Sul-Sul: a China em África". *Anuário de Relações Exteriores 2010*, 3.4.11, pp. 176-177 [Online] Disponível em: [http://www.janusonline.pt/popups2010/2010\\_3\\_4\\_11.pdf](http://www.janusonline.pt/popups2010/2010_3_4_11.pdf) [Acedido em 17 de Agosto de 2013]

FOSTER, V. *et al.* (2009). *Building Bridges: China's Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa*. World Bank

ILHÉU, Fernanda (2010). "The Role of China in the Portuguese Speaking African Countries: The Case of Mozambique". Working Paper 84, CEsA-ISEG

ILHÉU, Fernanda e PEREIRA, Susana (2012). "The Chinese "Go Global" Policy and the Portuguese Kinship". Working Paper 110, CEsA-ISEG

JOVER, E. *et al.* (2012). *Angola. Perfil do Sector Privado do País*, African Development Bank [Online] Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports/Angola%20-%20Private%20Sector%20Country%20Profile%20-%20Portuguese%20Version.pdf> [Acedido em 15 de Maio de 2013]

KIALA, Carine (2010). "China-Angola aid relations: strategic cooperation for development?", *South African Journal of International Affairs*, Vol.17(3), pp. 313-331 [Online] Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10220461.2010.533528> [Acedido em 9 de Abril de 2013]

NYE, Joseph Jr. (2004). "The Decline of America's Soft Power: Why Washington Should Worry". *Foreign Affairs*, Vol.83(3), pp. 16-20 [Online] Disponível em: <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=d591ebcb-6b09-4a79-a3a3-07786f9a9cb8%40sessionmgr14&vid=2&hid=8> [Acedido em 3 de Janeiro de 2013]

NYE, Joseph Jr. (2009). "Get Smart: Combining Hard and Soft Power Response". *Foreign Affairs*, Vol.88(4), pp.160-163 [Online] Disponível em: <http://web.ebscohost.com/ehost/detail?sid=fb390aaf-3847-4ca4-8951-9e6842679943%40sessionmgr15&vid=1&hid=8&bdata=JnNpdGU9ZWZWhvc3QtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#db=a9h&AN=42120095> [Acedido em 3 de Janeiro de 2013]

QUINTÃO, A. e SANTOS, R. (2011) "Chinese corporate practices in Angola – myths and facts". In Power, M. e Alves, A. C. (2012) *China & Angola: A Marriage of Convenience?* Pambazuka Press, pp. 145-161

REMO, Joshua C. (2004). *The Beijing Consensus*. The Foreign Policy Centre

SNOW, Nancy (2009). "Rethinking Public Diplomacy". In Snow, Nancy e Taylor, Philip M. (2009). *Routledge Handbook of Public Diplomacy*. New York, Routledge, pp. 3-11 [Online] Disponível em: [http://gendocs.ru/docs/20/19834/conv\\_1/file1.pdf](http://gendocs.ru/docs/20/19834/conv_1/file1.pdf) [Acedido em 2 de Janeiro de 2013]

THE CHINA MONITOR (2010). "Oil, Energy and Power in Sino-Angolan Relations", Centre for Chinese Studies, August – Issue 54 [Online] Disponível em: [http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/09/China\\_Monitor\\_AUGUST\\_2010.pdf](http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/09/China_Monitor_AUGUST_2010.pdf) [Acedido em 2 de Setembro de 2013]

UNDP (2005), "Reflexões sobre algumas questões de desenvolvimento humano". *Relatório de Desenvolvimento Humano - Angola*, Cap. 4, [Online] Disponível em: [http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/nhdr2004\\_cap4.pdf](http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/nhdr2004_cap4.pdf) [Acedido em 2 de Setembro de 2013]

UNDP (2013). *The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World*, Human Development Report, UNDP

WEIMER, M. e VINES, A. "China's Angolan oil deals 2003-11" In Power, M. e Alves, A. C. (2012) *China & Angola: A Marriage of Convenience?* Pambazuka Press, pp. 85-104